

## ASPECTOS GERAIS

- Compete aos **estados** e **DF**.

### Fato Gerador:

- Circulação de mercadorias (inclusive energia elétrica)
- Serviço de transporte
  - Interestadual
  - Intermunicipal
- Serviço de comunicação **oneroso**



Intramunicipal ou internacional, não!!

Ainda que as operações (mercadorias) e prestações se iniciem (serviços) no **exterior**

E pela **união** em territórios federais

(Atualizado conforme a EC.108/20) **NOVIDADE!**

## REPARTIÇÃO DA RECEITA TRIBUTÁRIA

- Pertencerão aos municípios **25%** do produto da arrecadação dos ICMS
  - Divisão entre os municípios:
    - No mínimo **65%**: Na proporção do **valor adicionado** no território do município
    - Até **35%**: Conforme dispuser a **lei estadual**
- No mínimo 10 pontos percentuais com base em indicadores de melhoria nos resultados de aprendizagem e aumento

**impostos dos estados = ICMS =**

## REGIME DE COMPENSAÇÃO

- O ICMS será **não-cumulativo** → compensando-se o que for devido em cada operação com o valor **cobrado** nas anteriores pelo mesmo ou outro estado.
  - As bancas adoram trocar por "**pago**"!! **PEGADINHA!** (ERRADO!)
- A isenção ou não incidência:
  - Não dá direito** a crédito
  - Anula** os créditos das operações anteriores (no momento do reconhecimento, não se sabia da isenção/não incidência)

O **direito ao crédito** está vinculado a algumas **obrigações acessórias**. (ex.: emissão de notas fiscais)

**EX:** Alíquota de 10% em todas as etapas.

(Indústria) Contribuinte 1	(Indústria) Contribuinte 2	(Varejista) Contribuinte 3
Valor da mercadoria: R\$ 2.000,00	Valor da mercadoria: R\$ 3.000,00	Valor da mercadoria: R\$ 4.500,00
ICMS: 10% R\$ 2.000,00 = R\$ 200,00	Crédito: R\$ 200,00	Crédito: R\$ 300,00
	ICMS: 10% R\$ 3.000,00 (débito) = R\$ 300,00	ICMS: 10% R\$ 4.500,00 (débito) = R\$ 450,00
	ICMS a recolher = R\$ 300 - R\$ 200 = R\$ 100,00	ICMS a recolher = R\$ 450 - R\$ 300 = R\$ 150,00

## ALÍQUOTAS

- O ICMS poderá ser **seletivo** Em função da essencialidade das mercadorias/serviços
- = alíquota {
  - Maior → produtos **supérfluos**
  - Menor → produtos **essenciais**

## ALÍQUOTAS INTERNAS

- Definidas por lei estadual salvo **deliberação** em contrário dos estados + DF, (convênio do Confaz)
- as alíquotas internas não poderão ser **inferiores** às interestaduais.

## ALÍQUOTAS INTERESTADUAIS

(Fixadas por resolução do **Senado Federal**)

- Regra geral: **12%**
- "Rico" → "Pobre" : **7%**

(Regiões sul/sudeste)  
(salvo Espírito Santo)

(Regiões norte, nordeste,  
centro-oeste Espírito Santo)

ALÍQUOTA	INICIATIVA	APROVAÇÃO
Interestadual e exportação (obrigatória)	Presidente ou 1/3 do senado	Maioria absoluta
Interna mínima (facultativa)	1/3 do senado	Maioria absoluta
Interna máxima (facultativa)	Maioria absoluta	2/3 do senado

**impostos dos estados**  
= ICMS =

**⚡-NOVIDADE!** (LC 194/2022)

as operações relativas a {
 

- combustíveis
- gás natural
- energia elétrica
- comunicações
- transporte coletivo

 são consideradas

**operações** de bens/serviços **essenciais** e **não** podem ser considerados **supérfluos**. (interfere na definição da alíquota)

**REGRAS:**

- é **vedada** a fixação de **alíquotas** sobre tais operações em valor **maior** que o das operações gerais
- o ente **pode aplicar alíquotas reduzidas** (para beneficiar consumidores)

↪ para {
 

- combustíveis
- gás natural
- energia elétrica

 essas alíquotas **não** podem ser maiores que a vigente na publicação da LC 194/22



Alíquota de **4%** :

- Transporte aéreo** de carga e mala postal **e**
- Operação interestadual com produtos **importados** ou que tenham mais de **40%** de conteúdo importado.

**Obs.:** existe a alíquota de **exportação** fixada pelo senado: **13%**  
(Mas não tem aplicação!  
EC 42/03 concedeu imunidade)

# impostos dos estados = ICMS =

## PAPEL DA LEI COMPLEMENTAR

- Cabe à **lei complementar**:
  1. Definir seus **contribuintes**
  2. Dispor sobre **substituição tributária**
  3. Disciplinar o **regime de compensação** do imposto
  4. Fixar o **local** da operação  
(Para efeito de cobrança e definição do estabelecimento responsável)
  5. Excluir da incidência do imposto as **exportações**
  6. Prever casos de **manutenção de crédito** relativamente a
    - exportação ou remessa para outro estado
  7. Regular como
    - isenções, incentivos, benefícios fiscais
 serão concedidos/revogados. (Mediante deliberação dos estados e DF)
  8. Definir os **combustíveis e lubrificantes** sobre os quais o ICMS incidirá uma única vez  
 LC 192/22 (= ICMS monofásico)
  9. Fixar a **base de cálculo** do ICMS a integra também na importação  
 (É um imposto "por dentro")

## ICMS E IPI

IPI não integra a B.C. do ICMS quando  
(Tem que cumprir todos os requisitos)

Produtos destinados à industrialização e comercialização

+

Operações entre contribuintes

+

Operação e F.G. dos dois impostos

 Exemplos em que o IPI **integra** a BC do ICMS:

1. Operação entre contribuintes, mas destinada ao **ativo permanente**
2. Venda a **consumidor final**  
(não destinada à industrialização e comercialização)
3. Venda para **não contribuinte**

## INCIDÊNCIA RESTRITA

Outros tipos de tributos podem (ex.: contribuição)

- Não pode incidir nenhum **imposto** que não **ICMS, II e IE** sobre operações com:
  1. Energia elétrica
  2. Minerais
  3. Combustíveis
  4. Derivados do petróleo
  5. Telecomunicações

## INCIDÊNCIA

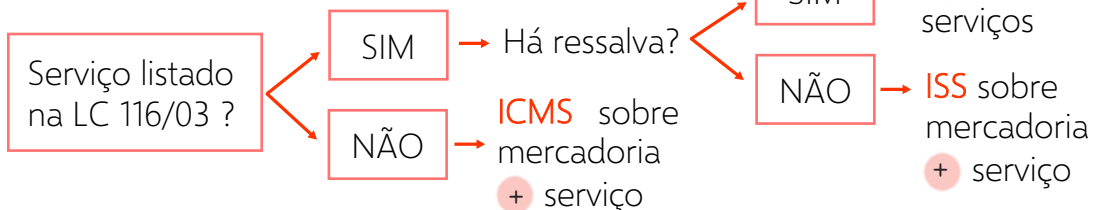
- Lista **exemplificativa** (não exaustiva)
- A legislação estadual pode ampliar esse rol.

## IMPORTAÇÃO

- Entrada de bem/mercadoria **importados** (+ serviço prestado no exterior)
  - por pessoa  $\left\{ \begin{array}{l} \text{física} \\ \text{jurídica} \end{array} \right.$  ainda que não seja contribuinte habitual
  - Qualquer que seja sua finalidade
  - Cabe ao estado em que estiver
  - situado o  $\left\{ \begin{array}{l} \text{domicílio} \\ \text{estabelecimento do destinatário} \end{array} \right.$

## MERCADORIAS E SERVIÇOS

- Fornecimento de mercadorias + serviços, não compreendidos na competência dos municípios (ISS)
  - ICMS sobre o **valor total** da operação.



## NÃO-INCIDÊNCIA

(= imunidades)

- Exportação de  $\left\{ \begin{array}{l} \text{mercadorias} \\ \text{serviços} \end{array} \right.$ 
  - assegurada a **manutenção** e **aproveitamento** do crédito
- Operações que **destinem a outros estados**:
  - Petróleo
  - Lubrificantes
  - Combustíveis líquidos e gasosos deles derivados
  - Energia elétrica.

Etanol e GNV não são derivados do petróleo. **PEGADINHA!**

- Ouro**, quando definido em lei como  $\left\{ \begin{array}{l} \text{ativo financeiro ou} \\ \text{instrumento cambial} \end{array} \right.$

- Serviço de **comunicação** nas modalidades radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção **livre** e **gratuita**.

- Fonogramas e Videofonogramas:

- produzidos no Brasil
- musicais ou literomusicais
- de autores brasileiros ou interpretados por artistas brasileiros
- + Suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham (salvo na etapa de replicação industrial de mídias ópticas de leitura a laser)

**impostos dos estados = ICMS =**

# IMPOSTOS dos estados = ICMS = ICMS MONOFÁSICO

## TRIBUTAÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES

- O ICMS cabe ao Estado onde ocorrer o **consumo** nas operações com lubrificantes e combustíveis derivados do petróleo (a saída de um estado para outro é imune)
- Operações **interestaduais** com:
  - Gás natural e seus derivados
  - Lubrificantes e combustíveis não derivados do petróleo

- **Entre contribuintes:** o ICMS será **repartido** entre os Estados de origem e destino. (como qualquer mercadoria)
- Destinados **a não contribuintes:** o ICMS caberá ao Estado de **origem**. (uso da alíquota interna)

- Suas regras serão estabelecidas por deliberação dos Estados e DF (convênio do Confaz).


Cabe à Lei Complementar definir os **combustíveis e lubrificantes** sobre os quais o ICMS incidirá uma única vez.

LC 192/22

## ALÍQUOTAS DO ICMS MONOFÁSICO CAI MUITO!

- Serão definidas por **deliberação** entre os Estados e DF (convênio do Confaz)  
é exceção ao princípio da legalidade.

## CARACTERÍSTICAS

1. Serão **uniformes** em todo território nacional.  
podem ser diferenciadas por **produto**
2. Podem ser:
  - específicas (Por unidade de medida)
  - *ad valorem* (Alíquota  $\neq$  B.C.)
3. Podem ser reduzidas e reestabelecidas no mesmo exercício  
**Não** obedece o princípio da **anterioridade** anual (mas obedece a noventa!)  PEGADINHA!

## ASPECTOS GERAIS

- Imposto com finalidade **fiscal**
- Sujeito aos **princípios**:
  - legalidade
  - anterioridade
  - noventena

## FATO GERADOR

- Transmissão **causa mortis** e **doação** (a título gratuito) de bens **móveis** e **imóveis**
- São tantos **F.G.s** quanto forem os **herdeiros/donatários**.

**NOVIDADE!** (EC 126/22)  
 o ITCD **não** incidirá sobre **doações** destinadas a **projetos socioambientais** ou destinados a mitigar os efeitos das **mudanças climáticas** e às **instituições federais de ensino** (no âmbito do Executivo Federal)

## ESTADO A QUE COMPETE O IMPOSTO

SITUAÇÃO	ESTADO
Bens <b>imóveis</b> , e respectivos <b>direitos</b>	Onde se <b>localiza</b> o <b>imóvel</b>
Bens <b>móveis</b> , títulos e créditos <b>causa mortis</b>	Onde se processa o <b>arrolamento</b> ou <b>inventário</b>
Bens <b>móveis</b> , títulos e créditos <b>doação</b>	Onde estiver o <b>domicílio do doador</b> (não confunda com donatário)
<i>De cujus</i> ou doador no <b>exterior</b>	Definido em <b>lei complementar</b>

# impostos dos estados = ITCD =

## JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE (STF)

### IMPOSTO DE TRANSMISSÃO CAUSA MORTIS:

- **Alíquota** vigente na data da **abertura da sucessão**.
- Calculado sobre o **valor dos bens** na data da **avaliação**.
- **Não é exigível** antes da **homologação do cálculo**.
- **Não incide** sobre os **honorários** do **advogado** contratado pelo inventariante
- **Incide** no inventário por **morte presumida**.

## BASE DE CÁLCULO

- = Valor venal dos bens transmitidos {bens direitos}

## CONTRIBUINTES

- = Qualquer das **partes** na operação tributada, como dispuser em **lei**.

## ALÍQUOTAS

O estado não pode vincular suas alíquotas ao teto

- Alíquotas **máximas** → fixadas pelo **senado**
- Podem ser **progressivas** (STF) (graduado conforme a capacidade contributiva)

## LANÇAMENTO

- = por **declaração**

## ASPECTOS GERAIS

- Imposto com finalidade **fiscal**
- **Não** há normas gerais editadas pela União → os estados têm competência legislativa plena

## CONTRIBUINTES

- = Proprietário do **veículo automotor**.

## ALÍQUOTAS

- Sujeitam-se aos princípios da **anterioridade anual** e **nonagesimal**.
- Alíquotas **mínimas** → fixadas pelo **Senado** (não confunda com o ITCD: máximas)
- Pode ter alíquotas **diferenciadas** em função de :
  - Tipo } do veículo
  - Utilização }
- É vedada a aplicação de alíquotas **diferenciadas** para veículos **nacionais** e **importados** (STF).

## FATO GERADOR

- = **Propriedade** de veículos **automotores**
  - o IPVA **não** incide sobre **aeronaves** e **embarcações** (STF)

## LANÇAMENTO

- = de ofício
  - Uso da tabela de valores para cada veículo

*impostos*  
**DOS ESTADOS**  
= IPVA =

## BASE DE CÁLCULO

- = **Valor** do veículo conforme suas **particularidades**.
  - marca
  - modelo
  - ano
- Alteração de **B.C.** **não** está sujeita à **noventena** (as alíquotas estão!)